

**Respostas Pedro Nuno Santos**

2 mensagens

Márcia Galvão

Para:

Cc:

Caro Marco Alves,

Como solicitado, segue abaixo a resposta de Pedro Nuno Santos às questões colocadas.

Cumprimentos,

Márcia Galvão

Resposta Pedro Nuno Santos:

"Caro Marco Alves,

A realidade da esmagadora maioria dos Deputados que, não residindo em Lisboa, aí se têm de deslocar para os trabalhos parlamentares que decorrem durante local onde residem em Lisboa passe a ser a sua residência habitual.

A parte do parecer da auditora jurídica da AR que cita confirma precisamente isso: é irrelevante ser-se ou não proprietário de um imóvel em Lisboa para efeitos de residência habitual. Se um Deputado opta por arrendar um imóvel, adquirir um apartamento ou instalar-se em unidade hoteleira durante os dias que está em Lisboa, esse faz a residência habitual. Aliás, os casos que referiu na sua pergunta e que determinaram averiguações, terminaram com os respetivos arquivamentos perante a necessidade de estar em Lisboa a exercer o mandato não implica uma mudança de residência habitual.

Concretamente, no meu caso, a minha residência habitual, até ao momento em que integrei o Governo em finais de 2015, sempre foi em São João da Madeira, onde nasci e cresci e vive a minha família direta, aí tive atividade profissional, fui presidente da concelhia do PS, candidato à Câmara Municipal e vereador e mais tarde Deputado Distrital de Aveiro do PS. Era o centro da minha vida pessoal, familiar, social e política e sempre foi a minha residência fiscal e onde me encontrava recenseado durante os anos em que fui Deputado nesses anos. Das minhas declarações de património, aliás, constava mesmo a titularidade do imóvel de São João da Madeira onde aí residia.

O tempo que passava em Lisboa na Rua Marcos Portugal era fruto da presença nos períodos de trabalhos parlamentares, que decorrem da tarde de 3.ª à manhã do dia seguinte. O meu círculo eleitoral era o de Aveiro, até esse trabalho político parlamentar às 2.ªs feiras era feito a partir de S. João da Madeira.

Com a assunção de funções governativas a partir de finais de 2015, a minha vida política mudou substancialmente e passou a concentrar-se em Lisboa, (deixando também de fazer trabalho político no círculo eleitoral) e, em especial a partir de 2016, com o nascimento do meu filho, a minha residência habitual começou precisamente para a casa da Rua Marcos Portugal, até me mudar para Telheiras. Quando me mudei para Telheiras, alterei até a minha residência fiscal e de recenseamento, sempre foi, como referi, em São João da Madeira).

Não há nenhuma contradição com o que lhe disse anteriormente por email. Com efeito, "a minha primeira habitação permanente em Lisboa" foi efetivamente em Lisboa, Portugal. Mas como acabei de descrever acima foi-se tornando a minha habitação permanente (ou residência habitual) progressivamente apenas a partir do fim do mandato com o início das funções governativas e, posteriormente, com o nascimento do meu filho.

Consequentemente, sempre cumpri todas as regras da Assembleia sobre esta matéria, nunca tendo sido suscitada qualquer dúvida sobre as mesmas."



Portugal



•
São João da Madeira

Em 2009, comprou um apartamento neste prédio com Inês Pinho (namorada na altura). Em 2013 tornou-se o único dono. Vendeu-o em 2015

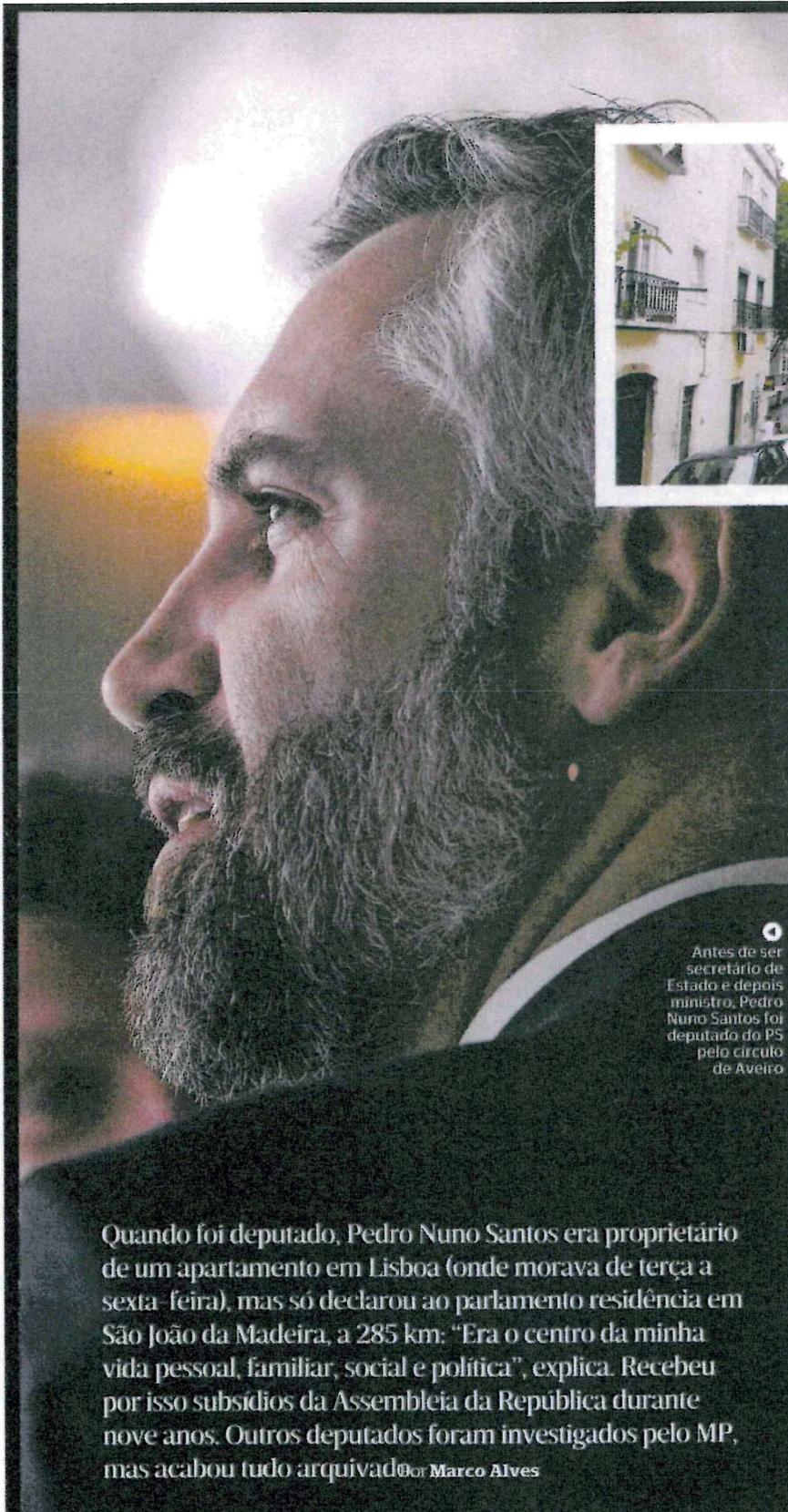
Durante nove anos, entre 2005 e 2015, Pedro Nuno Santos foi deputado pelo PS e durante todo esse período era proprietário de um apartamento na rua Marcos Portugal, em Lisboa. No entanto, ao preencher os seus dados no formulário da Assembleia da República indicou sempre que a sua morada era em São João da Madeira, o que teve implicações no pagamento de abonos de deslocação (uma compensação salarial para os deputados que residem fora de Lisboa) e ajudas de custo.

Pedro Nuno Santos assume à **SÁBADO** que na altura em que foi deputado vivia de facto nesta casa da capital ("Foi a minha primeira habitação permanente em Lisboa"), mas nega que fosse a principal: "A minha residência habitual, até ao momento em que integrei o Governo em finais de 2015, sempre foi em São João da Madeira."

Os abonos de deslocação estão fixados na Resolução da Assembleia da República nº 57/2004 e variam conforme a distância entre a capital e a morada indicada. No caso de Pedro Nuno Santos, são 285 km vezes dois (ida e volta) por semana a multiplicar "pelo quantitativo fixado na lei geral para pa-

EXCLUSIVO. SOCIALISTA GANHOU EM MÉDIA MAIS €1800 POR MÊS

DUAS CASAS, €203 MIL EM ABONOS



Lisboa

Prédio azul onde Pedro Nuno Santos teve casa durante 15 anos em Lisboa. Comprou-a em 2004 (não era ainda deputado) e vendeu-a em 2019

Antes de ser secretário de Estado e depois ministro, Pedro Nuno Santos foi deputado do PS pelo círculo de Aveiro

Quando foi deputado, Pedro Nuno Santos era proprietário de um apartamento em Lisboa (onde morava de terça a sexta-feira), mas só declarou ao parlamento residência em São João da Madeira, a 285 km: “Era o centro da minha vida pessoal, familiar, social e política”, explica. Recebeu por isso subsídios da Assembleia da República durante nove anos. Outros deputados foram investigados pelo MP, mas acabou tudo arquivado. **por Marco Alves**

gamento do quilómetro percorrido em automóvel próprio”. A este valor acrescem ajudas de custo “por todos os dias da deslocação”.

A pedido da SÁBADO, os serviços da Assembleia da República enviaram uma tabela com os valores que Pedro Nuno Santos recebeu em abonos nos dois períodos em que foi deputado (de março de 2005 a outubro de 2009 e de junho de 2011 a novembro de 2015). No total, o deputado do PS (hoje secretário geral do partido e candidato a primeiro ministro) recebeu €75.194,63 em abonos de deslocação e €127.430,07 em ajudas de custo. Total: €202.624,70.

Daqui resultou, em média, um acréscimo de €1.876,15 por mês no vencimento do deputado de Pedro Nuno Santos. Recorde-se que o salário dos deputados (sem estes apoios) era de €3.877 brutos em 2005 e de €3.683 brutos em 2015.

Fins de semana na terra

A questão das moradas dos deputados estalou em maio de 2018 depois de uma reportagem da RTP intitulada *Os deputados que cobram subsídios mesmo vivendo em Lisboa*. Na mesma altura, o Observador escreveu um artigo revelando “mais deputados a receber”

Portugal

subsidios por residirem fora de Lisboa quando têm casa na capital”.

Face à polémica, Eduardo Ferro Rodrigues, na altura presidente da Assembleia da República, pediu um parecer ao Auditor Jurídico do parlamento. Estava em causa o conceito de “residência do deputado”. O parecer, assinado a 27 de junho de 2018, era claro: “Não tem qualquer relevância o facto de o deputado ter casa em Lisboa, a menos que aí tenha residência efetiva (ou habitual), fazendo dela o seu centro de vida pessoal e familiar, e não meramente ocasional.”

O parecer realçava que não cabia aos serviços do parlamento “averiguar (fiscalizar) qual era, na realidade, o local de residência efetiva (habitual) do deputado, sendo a ele que incumbe declarar, para os efeitos em causa, qual é, em cada momento, essa residência”.

Pedro Nuno Santos diz que a casa de Lisboa foi-se “progressivamente” tornando a sua habitação permanente, referindo dois momentos de viragem: “Com a assunção de funções governativas a partir de finais de 2015, a minha vida política mudou substancialmente e passou a concentrar-se em Lisboa, (deixando de ser deputado deixei também de fazer trabalho político no círculo eleitoral) e, em especial a partir de 2016, com o nascimento do meu filho, a minha residência habitual começou a deslocar-se para a capital, precisamente para a casa da rua Marcos Portugal.”

Antes dessas mudanças, Pedro Nuno Santos diz à SÁBADO que passava a maior parte da semana em Lisboa e o resto na sua terra natal. “O tempo que passava em Lisboa na rua Marcos Portugal era fruto da presença nos períodos de trabalhos parlamentares, que decorrem da tarde de terça-feira à manhã de sexta-feira. Uma vez que o meu círculo eleitoral era o de Aveiro, até esse trabalho político parlamentar às segundas-feiras era feito a partir de São João da Madeira, que era o centro da minha vida pessoal, familiar, social e política e sempre foi a minha residência fiscal e onde me encontrava recen-

PNS: “O TEMPO QUE PASSAVA EM LISBOA ERA FRUTO DA PRESENÇA NOS TRABALHOS PARLAMENTARES”

seado durante todo o período em que fui deputado nesses anos. Aí nasci e cresci e vive a minha família direta, aí tive atividade profissional, fui presidente da concelhia do PS, candidato à câmara municipal e vereador e mais tarde presidente da Federação Distrital de Aveiro do PS.”

Nas descrições prediais indicadas por Pedro Nuno Santos no Tribunal

Os 7 casos que caíram na fase de inquérito

Pedro Roque (PSD)

Declarou moradia em Setúbal. O Ministério Público (MP) entendeu que fazia toda a sua vida em Lisboa, mas deu o benefício da dúvida

Carla Barros (PSD) e João Almeida (CDS-PP)

Declararam morada fora de Lisboa (Póvoa de Varzim e São João da Madeira), mas as explicações de ambos (inclusive sobre os processos de divórcios e guarda dos filhos) convenceram o MP de que se dividiam entre Lisboa e essas cidades

Duarte Pacheco (PSD) e Elza Pais (PS)

Declararam morada em Sobral do Monte Agraço e Mangualde, mas também uma morada em Lisboa.



Para o MP, não esconderam nada. “[O deputado] poderá não saber que a ordem pela qual coloca as moradas [no formulário do parlamento] pode ter consequências nos pagamentos [de abonos]”

Fernando Anastácio (PS) e Nuno Sá (PS)

Declararam morada em Albufeira e Vila Nova de Famalicão, mas o MP reconheceu que mantinham lá vida pessoal e profissional, incluindo autárquica

EM MÉDIA, POR MÊS, PEDRO NUNO SANTOS TEVE UM ACRÉSCIMO DE €1.876,15 NO VENCIMENTO EM ABONOS



SHUTTERSTOCK

Constitucional, o deputado indica ter tido nessa altura pelo menos duas residências em São João da Madeira; uma será a casa dos pais e a outra foi um T3 na rua da Quinta (ver foto nas páginas anteriores) que comprou em 2009 (juntamente com a sua namorada da altura) e vendeu em 2015.

A casa da sogra

Em 2018, Pedro Nuno Santos (que nesta altura já não era deputado) não foi mencionado nas reportagens da RTP e do Observador e isso talvez explique porque e que o seu nome não aparece na lista de 28 deputados que o Ministério Público (MP) começou a investigar solicitando à Assembleia da República os recibos de vencimento.

Entre eles estavam os socialistas Ascenso Simões, Lacerda Sales, Sónia Fertuzinhos, Gabriela Canavilhas e Elza Pais, além do centrista João Almeida e dos sociais democratas Duarte Pacheco, Luís Campos Ferreira e Feliciano Barreiras Duarte.

A lista foi reduzida a 19 deputados (sobre os quais existia “suspeita reforçada”) e depois a nove, que foram constituídos arguidos e cujos processos a SÁBADO consultou no Campus de Justiça, em Lisboa. Destes nove, caíram na fase de inquérito sete deles, alguns (como Duarte Pacheco e Elza Pais; ver caixa) porque os deputados declararam uma morada na terra natal, mas também uma em Lisboa – ou



seja, o MP entendeu que nada omitiram.

Não foi esse o caso de Pedro Nuno Santos, como a secretária-geral da Assembleia da República confirmou à SÁBADO: "O senhor deputado Pedro Nuno Santos, aquando do exercício dos mandatos entre 2005 e 2015, indicou sempre uma morada de São João da Madeira, que serviu de referência aos pagamentos efetuados, nesse período, a título de ajudas de custo e despesas de transporte." Mais informa aquele órgão que Pedro Nuno Santos, "ao retomar o mandato, na atual Legislatura, em julho de 2023, a morada passou a ser a de Lisboa".

Finalmente, dos nove deputados arguidos, houve dois cujo inquérito do MP foi mais longe, até ao juiz de instrução, mas que este arquivou, por outras razões.

Um desses dois casos foi o de Paulo Neves, do PSD. O MP esquadrinhou toda a sua vida para perceber se fazia vida em Lisboa ou na Madeira, onde declarou morada. Pediu às operadoras móveis o seu registo de adesão, perguntou às escolas dos filhos em que morada estavam registados, apurou que morada indicou quando aderiu ao Holmes Place e aos cartões Fnac e Worten, além de obter registos prediais, automóveis, fiscais, bancários e de nascimento. A PSP foi às casas do deputado em Lisboa e no Funchal fazer perguntas aos vizinhos.

O despacho do MP, de 10 de março de 2023, não deixava dúvidas: o

deputado tinha toda a sua vida em Lisboa desde os anos 90 e a casa do Funchal era apenas usada "em férias para visita a familiares". Os investigadores diziam que nessa casa apenas vivia a sogra. O MP acusou Paulo Neves de ter auferido indevidamente €49.686 em ajudas de custo e subsídios de deslocação, que teria de devolver.

O deputado estava indiciado por peculato e burla agravada, mas o MP desistiu do primeiro, porque o peculato implicava que tivesse acesso ao dinheiro destes apoios. Quem dá a ordem de pagamento é o parlamento e se este não fiscaliza as informações que lhe são fornecidas é uma responsabilidade que não pode ser assacada ao deputado. Mas manteve o crime de burla porque "enganara os serviços da Assembleia da República fornecen-



↳ Sónia Fertuzinhos (PS) indicou morada em Guimarães, na casa da mãe, mas vivia em Lisboa com um ministro

Denúncia

O Ministério Público começou investigação depois de denúncia anónima que se baseava no programa da RTP (ver texto)

A DEPUTADA ARGUMENTOU COM A OFICINA, A PASTELARIA E O CAFÉ ONDE REGISTAVA O EUROMILHÕES

↳ Paulo Neves (PSD) mudou a morada para a casa da sogra, na Madeira

do informação falsa de forma livre deliberada e consciente, bem sabendo que a sua conduta era punida por lei".

Na sua defesa - feita pelo escritório de José Pedro Aguiar-Branco, do ex-deputado e ex-ministro do PSD (que vai voltar agora ao parlamento, uma vez que é cabeça de lista da AD por Viana do Castelo), o deputado madeirense acabou por revelar um dado insólito: mudou a residência no Cartão do Cidadão para o Funchal no dia a seguir a tomar posse no parlamento.

Paulo Neves disse que tinha "uma pluralidade de residências e cada uma delas lhe servia de base de vida, embora não exclusivamente". Disse ainda que tinha três alternâncias no Funchal: uma casa de família (que "precisava de algumas obras"), a casa dos pais e a casa da sogra. Escolheu esta, "onde já costumava ficar com a mulher e os filhos e onde passou a ter a sua vida organizada, nomeadamente quarto próprio, roupa, livros, posto de trabalho e computador". A esta casa ia "quase todos os fins de semana".

Múltiplas residências

Paulo Neves deu um argumento que seria também usado por outros deputados: independentemente de quem é dono ou vive na casa que declaram fora de Lisboa, os deputados estão a defender os interesses do círculo eleitoral por que foram eleitos e têm de nele realizar trabalho político e partidário. Pedro Nuno Santos (que, recorde-se, não foi investigado), nas declarações à SÁBADO acima reproduzidas, utiliza o mesmo argumento.

A defesa de Paulo Neves aventou que "representava efetivamente a vontade e os interesses dos cidadãos madeirenses", que não agiu com dolo, que desconhecia "tanto o salário de um deputado, como as respetivas ajudas de custo e o respetivo processamento" e que "quando foi convidado a integrar as listas de candidatos a deputados uma das condições que lhe foi referida foi a de voltar a fixar residência na ilha da Madeira". Aceitou porque "seria a única forma



RODRIGO ANTUNES/LUSA

de exercer corretamente o seu mandato" uma vez que "seria impossível representar os madeirenses no parlamento nacional sem residir na Madeira".

Este argumento, além de não ser coincidente com o que diz a Lei Eleitoral (no seu *síte*, o parlamento di-lo claramente: "Os deputados representam todo o País e não apenas os cidadãos do círculo eleitoral pelo qual foram eleitos"), nem precisava de ser invocado, uma vez que a legislação que determina o conceito de residência dos deputados é clara. Esse foi o segundo argumento muito usado na defesa dos deputados.

Além do parecer jurídico de 2018 (já referido no início deste texto), houve um esclarecimento solicitado em 2021 pelo MP à Direção Administrativa e Financeira da Assembleia da República. O documento dizia que até 2019 "a palavra do deputado fazia fé", mas a partir daí a morada do deputado é a do Cartão do Cidadão.

Na altura, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados – então presidida por Jorge Lacão (PS) – foi também instada a pronunciarse. No entendimento da comissão (que é, recorde-se, composta por deputados), um deputado pode indicar como "residência efetiva" uma entre várias que considere "habituais".

A decisão instrutória do caso de Paulo Neves chegou a 29 de junho de 2023. O juiz reconheceu que a

Pedro Nuno Santos entrou na política em São João da Madeira, na JS. Hoje é candidato a primeiro-ministro

Casas

Hoje, Pedro Nuno Santos é dono (com a mulher) de um apartamento em Lisboa e de uma casa de férias em Montemor-o-Novo

DEPUTADO DO PSD MUDOU MORADA PARA O FUNCHAL NO DIA A SEGUIR A REGISTAR-SE NO PARLAMENTO

situação "não era isenta de dúvidas", mas recordou que a legislação deixava a porta aberta a que os deputados pudessem "ter mais que uma residência" e com isso ter subsídios de apoio e ajudas de custo. Como tal, ficava também "a dúvida se o arguido agiu ou não com dolo". Decisão: arquivamento.

A casa da mãe

Se Paulo Neves declarou a casa da sogra, Sónia Fertuzinhos declarou a casa da mãe, em Guimarães. O MP, contudo, garantiu que a deputada do PS vivia há décadas em Lisboa, onde nasceram todos os seus filhos. Naquela altura, por exemplo, vivia há pelo menos oito anos numa casa em Alvalade arrendada com o com-

Ajuda à deslocação

Aplica-se também aos que moram em Lisboa e arredores

Declarar morada longe de Lisboa faz aumentar muito o que se ganha em subsídio de deslocação, mas os que declararam em Lisboa e em nove concelhos limítrofes são também ajudados. O cálculo é o mesmo: **o parlamento paga os quilómetros** de uma viagem de ida e volta de carro para "cada dia de presença" nos trabalhos.

panheiro, o ministro Vieira da Silva. O MP escrutinou também a sua vida (cartões, bancos, escolas dos filhos, etc.) para concluir que era nessa casa que "apresentava consumo de bens essenciais".

Interrogada a 9 de dezembro de 2021, Fertuzinhos confirmou que quem vivia na casa de Guimarães era a mãe. Disse que sempre viu o exercício das suas funções "como tendo caráter temporário", apesar de ser deputada há 25 anos (desde 1996). E nunca equacionou comprar casa em Lisboa "porque poderia a qualquer momento voltar para Guimarães". Invocou também as ligações políticas e partidárias em Guimarães, onde os filhos "passavam férias e construíram amizades".

Para atestar ainda mais a ligação a Guimarães, a explanação do advogado de Sónia Fertuzinhos referia que era nessa cidade que estava "a loja onde compra bens de várias naturezas e os presentes para as pessoas da família ou amigos especiais". Era lá também que estava "a profissional de bem-estar e estética a que recorre de forma mais regular" e ainda "os mecânicos e a oficina de pneus mais regulares e de base".

Era em Guimarães também que estava "a fornecedora de ovos caiseiros, a lavandaria da família de tudo o que é mais delicado, a papeleria de infância onde os seus filhos compraram as primeiras mochilas, o quiosque onde compra os jornais de fim de semana, o café onde regista o Euromilhões e a pastelaria que frequenta desde a infância com os pais e irmãos e que agora é a sua, dos seus filhos e companheiro".

O juiz de instrução Carlos Alexandre arquivou o processo em março de 2023. Recordando os pareceres jurídicos, escreveu que "de facto, na nossa vida comum, é frequente termos mais do que uma residência habitual" e que a arguida "ia com muita frequência a Guimarães". Concluiu: "Não estão suficientemente indiciados factos que levem à conclusão de que a arguida quis induzir em erro quem lhe pagaria os abonos." ■



Pedro Nuno Santos declarou apenas uma morada, em São João da Madeira, quando era deputado, apesar de ter casa também em Lisboa. A opção é legal - mas tem vantagens



RESIDÊNCIA. LÍDER DO PSD TINHA MULHER E FILHOS EM ESPINHO

€406.187 EM APOIOS

Lúis Montenegro também recebeu subsídios de deslocação, tal como Pedro Nuno Santos. Mas não era dono de uma casa em Lisboa. Por Marco Alves

Nos 17 anos em que foi deputado, de 2002 à 2018, Lúis Montenegro recebeu da Assembleia da República €236.540,73 em ajudas de custo e €169.646,94 em subsídio de deslocação. No total, o atual presidente do PSD recebeu €406.187,67 neste tipo de suplementos remuneratórios, segundo as contas fornecidas à SÁBADO pelos serviços do parlamento.

Estes subsídios são calculados em função da distância entre Lisboa e a morada declarada pelo deputado (no caso de Montenegro foi sempre Espinho, a 300 km), sendo que o parlamento paga uma viagem semanal de ida e volta. O valor por quilómetro é tabelado por lei.

O caso parece semelhante ao de Pedro Nuno Santos, que a SÁBADO noticiou no início deste mês (ver caixa). O atual líder do PS declarou morada em São João da Madeira, a 285 km.

O caso Pedro Nuno

Líder do PS declarou que a sua vida não era em Lisboa

Durante nove anos (2005-2015), Pedro Nuno Santos foi deputado em Lisboa, onde era proprietário de uma casa, mas declarou residência em São João da Madeira. Assumiu à SÁBADO que morava em Lisboa durante os trabalhos parlamentares, mas que era a 285 km que tinha a sua "vida pessoal, familiar, social e política".



Mudança?

Montenegro defende que alterações nos subsídios aos deputados só num quadro mais geral de mudanças de vencimentos dos políticos



A nova casa de Espinho de Montenegro, cujas obras e benefícios fiscais estão sob inquérito do MP

LÍDER DO PSD DIZ QUE QUANDO FOI DEPUTADO EM LISBOA FICOU EM HOTÉIS E EM APARTAMENTOS ARRENDADOS

A diferença reside no facto de Montenegro – conforme a SÁBADO verificou em todas as declarações de rendimentos que entregou no Tribunal Constitucional desde 1998 (quando era vereador da Câmara Municipal de Espinho) – nunca ter declarado a propriedade de qualquer casa em Lisboa. Indicou sempre ser dono de imóveis em Espinho – e mais tarde em Bragança, fruto de herança. Pedro Nuno

Santos, por seu lado, era dono de uma casa a 500 metros do parlamento.

Mulher e filhos

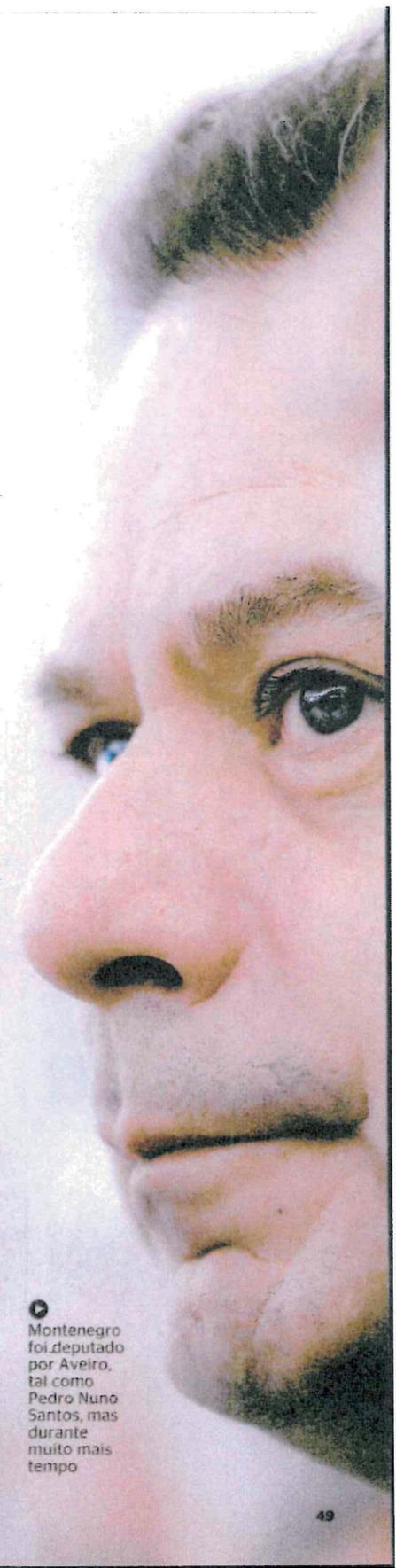
Montenegro esclareceu à SÁBADO como se estruturava a sua vida na altura: "Ia a Espinho todas as semanas, sem exceção. Toda a base familiar e a profissional ficaram sempre no Norte. A rotina era pernoitar três dias

em Lisboa (terça, quarta e quinta-feira) e quatro em Espinho (sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira)."

O líder do PSD referiu inclusive há poucos dias no programa *Alta Definição*, da SIC, que a mulher e os filhos ficaram em Espinho e que teve até sentimentos de culpa por a mulher estar sozinha a cuidar das crianças. Referiu ainda que a decisão se prendeu também com o facto de em Espinho estarem os avós dos filhos – que faziam parte da rede familiar de apoio às crianças.

Não tendo casa em Lisboa, como é que Montenegro fazia? "Ficava em unidades hotelgiras", diz à SÁBADO. Acrescenta que depois houve "uma temporada" em que ficou "num quarto de um apartamento arrendado com mais colegas e na última fase num apartamento arrendado individualmente".

Montenegro foi deputado por Aveiro, tal como Pedro Nuno Santos, mas durante muito mais tempo



Sentada no carro a caminho do debate com Luís Montenegro, líder da AD, a porta-voz do PAN Inês Sousa Real ouvia a cantora norte-americana Beyoncé aos altos berros. "Nisto dos debates, é o único momento que é mais pessoal: gosto de ouvir música motivacional antes de entrar para o debate", conta Sousa Real. "Ouvimos todo o tipo de música, de Beyoncé a Queen. O mais importante é que sejam empoderadoras", acrescenta a líder partidária, que recebeu a **SÁBADO** na sede do PAN na Baixa lisboeta.

Sentada na sala de reuniões, Inês Sousa Real ia começar a preparar-se para mais uma semana de debates ao lado do seu núcleo duro de preparação: os membros da direção Tânia Mesquita, Pedro Fidalgo Marques e António Morgado Valente, assim como o diretor de campanha Hugo Trindade, presente em videoconferência, projetado na parede. Na sala está também a *designer* do partido (e candidata), Vera Lazera.

Na véspera ou no próprio dia, são estas reuniões que têm preparado Inês Sousa Real para os debates, o principal foco de todos os líderes partidários na última semana. Pedro Nuno Santos simula entrevistas e desdobra-se entre uma agência de comunicação e a cúpula do partido para escolher as melhores medidas para levar ao debate. Ventura e Montenegro ouvem as respetivas assessorias mas preparam-se sozinhos – e Rui Tavares prepara-se em



Preparar com *media training*

Ao lado da cúpula e de uma agência de comunicação, o secretário-geral do PS escolhe temas que quer levar a debate e faz simulação de debate